

FORMATO DO ARTIGO ORIGINAL

Poder de Compra, Consumo e Segurança Alimentar: Impactos da variação da Cesta Básica no município de Campo Mourão - Pr (2022-2025)

Franz Kaiser Neto, Administração, Centro Universitário Integrado, Brasil

Luandra Victoria Rebequi, Administração, Centro Universitário Integrado, Brasil

Marcos Eduardo Reis Monesi, Gestão de Recursos Humanos, Centro Universitário Integrado, Brasil

Marília Galan Medeiros, Gestão de Recursos Humanos, Centro Universitário Integrado, Brasil

Rodrigo da Silva, Administração, Centro Universitário Integrado, Brasil

Fabricio Pelloso Piurcosky, Administração, Centro Universitário Integrado, Brasil, coord.nepe@grupointegrado.br

Alexandra Andrade de Almeida Cardoso, Administração, Centro Universitário Integrado, Brasil, alexandra.cardoso@grupointegrado.br

(máximo 10 autores)

Resumo em português: Este estudo objetivou analisar os impactos da variação do custo da cesta básica (CBA) no poder de compra, consumo alimentar e segurança nutricional da população de Campo Mourão (PR) entre 2022 e 2025. A metodologia empregou uma pesquisa analítica e descritivo-exploratória de abordagem quantitativa, utilizando séries históricas do Índice da Cesta Básica (ICB) local como base primária, complementadas por dados do DIEESE e CONAB. Os resultados revelaram que o custo da CBA, em média, consumiu 56,57% da remuneração líquida do trabalhador no período, com picos superiores a 62,00% em 2024, evidenciando a insuficiência estrutural do Salário Mínimo e uma extrema vulnerabilidade orçamentária. A alta volatilidade de preços em itens essenciais e nutritivos, como a Carne Bovina e hortifrúti, força a substituição alimentar, priorizando o volume calórico sobre a qualidade e comprometendo a diversidade da dieta, o que agrava a insegurança alimentar. Conclui-se que o encarecimento persistente dos alimentos e a consequente deterioração do poder de compra exigem a formulação de políticas públicas focadas no estímulo à agricultura familiar, no abastecimento local e em programas de proteção da renda para mitigar a vulnerabilidade orçamentária e apoiar o padrão alimentar da população mourãoense.

Palavras-chave: Indicadores Socioeconômicos, Insegurança Nutricional, Volatilidade de Preços.

Resumo em inglês: This study aimed to analyze the impacts of the variation in the cost of the basic food basket (BFB) on the purchasing power, food consumption, and nutritional security of the population of Campo Mourão (PR) between 2022 and 2025. The methodology employed an analytical and descriptive-exploratory quantitative approach, using historical series from the local Basic Basket Index (ICB) as the primary base, supplemented by data from DIEESE and CONAB. The results revealed that the cost of the BFB consumed, on average, 56.57% of the worker's net minimum wage during the period, with peaks exceeding 62.00% in 2024, demonstrating the structural insufficiency of the Minimum Wage and extreme budgetary vulnerability. The high-price volatility of essential and nutritious items, such as Beef and fresh produce, forces food

substitution, prioritizing caloric volume over quality and compromising dietary diversity, which exacerbates food insecurity. It is concluded that the persistent increase in food prices and the resulting deterioration of purchasing power require the formulation of public policies focused on stimulating family farming, local supply, and income protection programs to mitigate budgetary vulnerability and support the nutritional standards of the population of Campo Mourão.

Keywords: Socioeconomic Indicators, Nutritional Insecurity, Price Volatility.

INTRODUÇÃO

O acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade suficientes é um direito humano fundamental e a base da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Neste contexto, a cesta básica de alimentos atua como um dos indicadores socioeconômicos mais vitais, refletindo a capacidade de subsistência das famílias e o poder de compra do salário mínimo. A variação no custo desses itens essenciais é um termômetro direto da saúde econômica e do bem-estar social de uma nação (BRASIL, 2010). A alimentação é um direito constitucional no Brasil desde 2010, o que eleva a SAN de questão social para dever do Estado.

O período compreendido entre 2022 e 2025 tem sido marcado no Brasil por desafios inflacionários persistentes, com destaque para a alta nos preços dos alimentos, que frequentemente superam a inflação geral (IPCA). Essa disparidade exerce uma pressão significativa sobre o orçamento das famílias, especialmente aquelas que dependem do salário mínimo. O resultado é a contínua erosão do poder de compra do trabalhador, forçando a reestruturação dos padrões de consumo e, potencialmente, comprometendo a qualidade da dieta.

Embora as análises em nível nacional (DIEESE, IBGE) apresentem um panorama abrangente, o impacto do aumento do custo de vida manifesta-se de forma heterogênea entre as diferentes regiões. Dessa forma, torna-se essencial a realização de estudos com enfoque local que considerem as especificidades de renda, logística e produção agrícola de cada município. Este trabalho se justifica pela necessidade de diagnosticar os efeitos diretos da variação do custo da cesta básica sobre a população de Campo Mourão (PR), utilizando como base de dados primária o Índice da Cesta Básica (ICB) local, complementado por fontes como DIEESE, IBGE e CONAB.

Este estudo objetiva-se analisar os impactos da variação do custo da cesta básica no município de Campo Mourão entre 2022 e 2025, com foco nos efeitos sobre o poder de compra, o consumo alimentar e a segurança nutricional da população.

Para tal, o estudo se propõe a:

- Avaliar a evolução da proporção do salário mínimo comprometida com a aquisição da cesta básica;

- Examinar as mudanças na composição e no preço dos principais itens alimentares ao longo dos anos;
- Investigar o reflexo dessas variações sobre a acessibilidade alimentar e a qualidade nutricional;
- Discutir o contexto local (produção agrícola, renda média e custo de vida) e suas relações com o custo da alimentação básica;
- Propor medidas e estratégias de mitigação para o encarecimento dos alimentos no contexto municipal.

A pesquisa é relevante por evidenciar como as oscilações econômicas afetam o acesso à alimentação adequada, contribuindo para reflexões acadêmicas e profissionais sobre políticas públicas e estratégias locais. O objetivo é compreender as relações entre renda, custo de vida e alimentação, propondo medidas para mitigar o encarecimento dos alimentos no contexto municipal.

Trata-se de um estudo analítico com enfoque socioeconômico, que emprega uma metodologia quantitativa para analisar as séries históricas do ICB. Após esta Introdução, o artigo apresenta a Fundamentação Teórica dos conceitos centrais, detalha os procedimentos metodológicos, expõe os resultados e discute suas implicações, finalizando com as conclusões e as propostas de intervenção.

Poder de Compra, Salário Mínimo e a Cesta Básica como Indicador Social

A análise do poder de compra da população é fundamental para compreender o bem-estar social, sendo o custo da Cesta Básica Nacional - estabelecida pelo Decreto-Lei nº 399/1938 - um dos indicadores socioeconômicos mais cruciais no Brasil (DIEESE, 2024). Essa cesta representa um conjunto mínimo de itens essenciais necessários para o sustento e a manutenção de uma família adulta por um mês.

O poder de compra está intrinsecamente ligado à remuneração mínima vigente. Conforme destaca a pesquisa analisada por Murialdo (2023), uma parcela significativa do salário mínimo é comprometida unicamente com a aquisição desses itens básicos, evidenciando uma pressão orçamentária que afeta diretamente as classes de menor renda. A proporção do salário mínimo destinada à compra da cesta básica não apenas mede a capacidade de aquisição de alimentos, mas também revela a margem de recursos que resta para outras necessidades vitais, como moradia, transporte, saúde e educação.

O salário mínimo tem, portanto, um duplo papel: referência de rendimento e termômetro da capacidade de subsistência. A evolução desfavorável entre a inflação dos alimentos e o reajuste salarial (ou a ausência de ganhos reais) sinaliza uma deterioração do poder de compra, culminando na reestruturação das prioridades financeiras e, frequentemente, na restrição alimentar.

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em Cenários de Encarecimento

O aumento progressivo no custo da cesta básica gera um impacto direto na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das famílias, cuja definição engloba a garantia do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais (BRASIL, 2006).

A alta dos preços dos alimentos, especialmente de proteínas e itens frescos, força às famílias em situação de vulnerabilidade a adotarem estratégias de sobrevivência que comprometem a qualidade nutricional da dieta. Este fenômeno é explorado no estudo de Rocha *et al* (2023), que discute como o alto custo leva à substituição de alimentos de maior valor nutricional por opções mais calóricas e processadas, ou simplesmente à redução da quantidade ingerida. O resultado é o aprofundamento da Insegurança Alimentar - que se manifesta em diferentes níveis (leve, moderada ou grave) - mesmo em um contexto de abundância de alimentos no país (Silva *et al*, 2025).

Em um contexto local, como o de Campo Mourão, o custo da alimentação básica deve ser analisado em conjunto com a dinâmica socioeconômica e agrícola regional, pois a variação de preços não decorre apenas de fatores macroeconômicos, mas também de questões logísticas, de produção e da própria renda média da população local (Genuíno e Oliveira, 2025).

Dinâmica de Preços, Cadeias de Suprimentos e o Contexto Agrícola

A variação no custo da Cesta Básica, além de ser influenciada por fatores macroeconômicos como a inflação geral e a taxa de câmbio, é fortemente determinada pela dinâmica do setor agroalimentar, envolvendo a produção, as cadeias de suprimentos e a logística (MAIA *et al.*, 2019). Em um país de dimensões continentais como o Brasil, a formação do preço final ao consumidor é impactada por elementos que vão desde as condições climáticas e custos de insumos agrícolas até o transporte e a margem de lucro na distribuição.

Os estudos sobre o custo da cesta básica em contextos regionais (Silva *et al.*, 2025; Genuíno e Oliveira, 2025) demonstram que a análise de preços deve considerar a especificidade local. Fatores como a vocação agrícola da região (se é produtora ou dependente de importação de alimentos de outras áreas), a eficiência das cadeias de suprimentos e o nível de concorrência no varejo local atuam como moduladores do custo final.

Em municípios como Campo Mourão, cuja economia possui laços com o agronegócio, o custo dos alimentos básicos pode ser influenciado pela prioridade dada à exportação de commodities em detrimento do abastecimento interno, ou pela elevação do custo logístico e dos insumos. A compreensão dessa

interconexão entre a produção agrícola nacional/regional e o custo de vida urbano é essencial para desvendar as causas estruturais por trás do encarecimento dos alimentos e para propor medidas de mitigação eficazes (Genuíno e Oliveira, 2025), que é um dos focos deste trabalho.

MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza analítica, à medida que busca investigar e compreender as relações existentes entre variáveis socioeconômicas, nutricionais e a variação do custo da Cesta Básica no município de Campo Mourão. Segundo Gil (2008), pesquisas analíticas ultrapassam a simples identificação de fenômenos, dedicando-se a explicar suas causas, correlações e padrões.

Além disso, o estudo assume um caráter descritivo-exploratório. A dimensão descritiva fundamenta-se na necessidade de registrar, organizar e apresentar as características do fenômeno investigado, conforme destaca Richardson (2012), para quem a pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever como determinado fenômeno se manifesta. Já o componente exploratório permite aprofundar a compreensão do objeto, especialmente quando há lacunas de estudos específicos sobre a realidade local, como ressalta Vergara (2013). Assim, a combinação desses dois enfoques é pertinente em investigações que, ao mesmo tempo, descrevem dados concretos e exploram possíveis relações e interpretações ainda não consolidadas pela literatura.

A abordagem adotada é predominantemente quantitativa, uma vez que a análise se apoia em dados numéricos relativos a preços, indicadores econômicos e parâmetros nutricionais que compõem a Cesta Básica. De acordo com Gil (2008) e Richardson (2012), a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo tratamento estatístico das informações e pelo uso de instrumentos formais de mensuração, sendo adequada quando o objetivo é identificar padrões, variações e tendências de forma objetiva.

O foco na análise socioeconômica e nutricional reforça a amplitude do estudo, uma vez que possibilita compreender não apenas a flutuação dos preços, mas também seus impactos sobre o poder de compra e a qualidade alimentar da população local. Como sugere Vergara (2013), a delimitação clara do objeto, do recorte espacial e dos elementos investigados é essencial para garantir coerência metodológica e profundidade analítica.

Assim, a definição metodológica deste estudo—analítico, descritivo-exploratório e quantitativo—mostra-se adequada ao propósito de examinar, com rigor científico, a variação do custo da Cesta Básica em Campo Mourão, bem como seus desdobramentos socioeconômicos e nutricionais para a população do município.

O recorte espacial da pesquisa é o Município de Campo Mourão, Paraná. O período de análise abrange janeiro de 2022 a Outubro de 2025, permitindo a captação da evolução de preços em um período de significativa volatilidade econômica e pós-pandemia.

Os dados foram coletados a partir de fontes oficiais e secundárias, garantindo a robustez da análise:

Quadro 1 – Dados Coletados

Fontes de Dados	Variáveis Coletadas	Finalidade e Objetivo Específico
ICB – Índice da Cesta Básica de Campo Mourão	Custo mensal da Cesta Básica (R\$); Preço dos 13 produtos componentes.	Base primária para a evolução de preços e custo total.
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos	Valor do Salário Mínimo Nominal Nacional no período (2022–2025); Custo da Cesta Básica nas Capitais (comparação).	Cálculo do poder de compra e proporção do Salário Mínimo.
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento	Preços e estoques de commodities agrícolas relevantes (arroz, feijão, milho) e relatórios de safra.	Análise do contexto de produção agrícola e formação de preços.

Fonte: Autores (2025)

O universo da pesquisa compreende os registros mensais do Índice da Cesta Básica (ICB), disponibilizados pelo Centro Universitário Integrado e Núcleo de Empreendedorismo, Pesquisa e Extensão de Campo Mourão, complementados por informações do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). A amostra inclui os preços dos principais itens alimentares que compõem a cesta básica, bem como dados sobre o salário mínimo vigente, renda média local e indicadores de produção agrícola.

Os dados foram organizados em planilhas eletrônicas e analisados por meio de estatística descritiva, com cálculo de médias, variações percentuais e proporções. A análise buscou identificar tendências de encarecimento, alterações na composição da cesta e impactos sobre o poder de compra e a qualidade nutricional. Por se tratar de pesquisa com dados públicos e secundários, não foi necessária submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O custo da Cesta Básica Individual em Campo Mourão (ICB) apresentou oscilações significativas ao longo de 2022, como apresentado na Tabela 1. O valor iniciou o período em R\$681,29 (Abril/2022) e fechou em R\$622,57 (Dezembro/2022), registrando uma redução acumulada de 8,62%.

Os meses de Agosto e Setembro registraram as maiores quedas consecutivas, com redução de 2,4% e 5,16% respectivamente, atingindo o menor valor do ano em setembro (R\$600,16). No entanto, a tendência foi revertida nos meses seguintes, com aumento de 7,00% em Outubro e 2,41% em Novembro.

Tabela 1 – Evolução do Custo Mensal da Cesta Básica e Poder de Compra (Abr-Dez 2022)

2022	Salário Mínimo	Custo da Cesta	SM Comprometida (%)	Hr. de Trabalho
Abril	R\$1.212,00	R\$681,29	60,76%	123h40m
Mai	R\$1.212,00	R\$656,73	58,58%	119h12m
Junho	R\$1.212,00	R\$660,18	58,89%	119h50m
Julho	R\$1.212,00	R\$648,36	57,83%	117h41m
Agosto	R\$1.212,00	R\$632,80	56,44%	114h41m
Setembro	R\$1.212,00	R\$600,16	53,53%	108h56m
Outubro	R\$1.212,00	R\$642,18	57,29%	116h34m
Novembro	R\$1.212,00	R\$657,66	58,67%	119h38m
Dezembro	R\$1.212,00	R\$622,37	55,51%	113h37m

Fonte: Tabela Elaborada por Autores com base nos Relatórios ICB (2022).

O custo da cesta básica de Campo Mourão para o sustento de uma pessoa adulta exigiu que o trabalhador, em abril de 2022, dedicasse 60,76% do salário mínimo líquido, o equivalente a 123 horas e 40 minutos de trabalho mensal.

Apesar da redução no valor absoluto da cesta ao longo do ano, o comprometimento salarial permaneceu em patamares elevados. Mesmo no mês de dezembro, que registrou queda no valor da cesta (R\$622,57), o trabalhador ainda precisou destinar 55,51% do seu salário líquido (ou 113 horas e 37 minutos de trabalho) para adquirir os itens básicos.

A variação do custo da cesta foi impulsionada por uma alta volatilidade em itens essenciais. Houve picos de alta em produtos chave, muitos deles hortifrúti como: a Batata que registrou o maior aumento em Outubro (86,50%) e o segundo maior em Novembro (17,38%). No entanto, também apresentou grandes quedas em Julho (-37,15%), Agosto (-44,53%) e Dezembro (-28,98%); O Tomate que

apresentou alta expressiva de 36,18% em Outubro , mas quedas acentuadas em Julho (-35,91%), Agosto (-35,53%) e Setembro (-5,66%).

As maiores quedas, geralmente ligadas à normalização da safra, foram observadas em: Hortifrúti/Óleo: Batata, Tomate e Óleo de Soja tiveram quedas significativas de Julho a Setembro. Lácteos: O Leite Integral registrou queda acentuada em Setembro (-22,62%) e Dezembro (-14,24%). Carne Bovina: Apresentou quedas em Maio (-2,73%) , Setembro (-2,28%) e Dezembro (-3,69%) , refletindo a demanda interna enfraquecida.

Ao longo de 2022, o custo da cesta básica de Campo Mourão frequentemente se mostrou mais alto que o de várias capitais do Norte e Nordeste, mas consistentemente menor que o das capitais do Sul do Brasil.

A Tabela 2 sintetiza a evolução do custo e a proporção de comprometimento do Salário Mínimo (SM), que foi de R\$1.212,00 em 2022 , R\$1.302,00 na maior parte de 2023 e R\$1.320,00 em Outubro de 2023.

Tabela 2 – Evolução do Custo Mensal da Cesta Básica e Poder de Compra (Jan-Dez 2023)

2023	Salário Mínimo	Custo da Cesta	SM Comprometida (%)	Hr. de Trabalho
Janeiro	R\$ 1.302,00	R\$640,61	57,14%	116h32m
Fevereiro	R\$ 1.302,00	R\$634,00	52,64%	107h21m
Março	R\$ 1.302,00	R\$637,55	52,93%	108h12m
Abril	R\$ 1.302,00	R\$677,21	56,23%	115h18m
Maio	R\$ 1.320,00	R\$672,65	55,85%	114h06m
Junho	R\$ 1.320,00	R\$640,51	53,18%	108h37m
Julho	R\$ 1.320,00	R\$631,56	52,44%	107h11m
Agosto	R\$ 1.320,00	R\$611,62	50,78%	104h10m
Setembro	R\$ 1.320,00	R\$593,55	49,78%	101h05m
Outubro	R\$ 1.320,00	R\$603,12	50,07%	102h30
Novembro	R\$ 1.320,00	R\$604,00	50,15%	102h58m
Dezembro	R\$ 1.320,00	R\$625,05	51,90%	106h01m

Fonte: Tabela Elaborada por Autores com base nos Relatórios ICB (2023).

A Tabela de Análise Anual demonstra a profunda oscilação econômica que impactou o trabalhador de Campo Mourão no período. O dado mais crucial é o

percentual da remuneração comprometida com a CBA, que indica a fragilidade orçamentária das famílias.

A média do comprometimento salarial ao longo de todo o período foi de 56,57%. Isso significa que, em média, o trabalhador destinou mais da metade do seu salário líquido apenas para alimentar-se, restando menos da metade (43,43% do total) para cobrir todas as demais despesas essenciais (moradia, transporte, saúde, etc.), evidenciando uma condição de vulnerabilidade orçamentária extrema.

A análise anual aponta que a pressão sobre o orçamento foi mais severa no terceiro ano do estudo (2024), culminando no pico histórico de comprometimento de 62,66% em Junho/2024. O período parcial de 2025 também retornou a patamares críticos, com o comprometimento final em 60,04% (Outubro/2025), o que demonstra que, apesar dos reajustes salariais, o poder de compra não se recuperou da inflação de alimentos.

O ano de 2023 trouxe um alívio (queda no comprometimento de 57,14% para 52,00%), mas 2024 reverteu essa tendência com uma inflação de 8,19%, a maior da série, fazendo o comprometimento saltar novamente.

Tabela 3 – Evolução do Custo Mensal da Cesta Básica e Poder de Compra (Jan-Dez 2024)

2024	Salário Mínimo	Custo da Cesta	SM Comprometida (%)	Hr. de Trabalho
Janeiro	R\$ 1.412,00	R\$638,38	53,00%	108h26m
Fevereiro	R\$ 1.412,00	R\$681,65	52,18%	115h18m
Março	R\$ 1.412,00	R\$683,43	56,75%	115h48m
Abril	R\$ 1.412,00	R\$695,69	57,76%	117h55m
Mai	R\$ 1.412,00	R\$698,47	57,99%	118h02m
Junho	R\$ 1.412,00	R\$754,61	62,63%	127h52m
Julho	R\$ 1.412,00	R\$693,44	57,17%	117h17m
Agosto	R\$ 1.412,00	R\$650,31	54,00%	110h28m
Setembro	R\$ 1.412,00	R\$646,04	53,54%	109h16m
Outubro	R\$ 1.412,00	R\$658,40	54,67%	111h25m
Novembro	R\$ 1.412,00	R\$703,11	58,38%	119h10m
Dezembro	R\$ 1.412,00	R\$676,27	56,15%	114h27m

Fonte: Tabela Elaborada por Autores com base nos Relatórios ICB (2024).

O encarecimento de itens essenciais e nutritivos força a substituição alimentar, priorizando o volume de calorias sobre a qualidade, o que afeta diretamente o

padrão alimentar das famílias: a Carne Bovina, item de alto valor nutricional, foi um motor de alta contínua. Em 2024, atingiu o pico de 18,30% (Jun/24) e, em 2025, de 15,24% (Fev/25), demonstrando que o custo da proteína se tornou um desafio persistente. Essa pressão acelera a migração para alternativas mais baratas, como embutidos ou farináceos, deteriorando o padrão alimentar.

A base da dieta: O Feijão Cariquinha, essencial, atingiu altas de 13,76% (Fev/23 e Jan/25), que, segundo os relatórios, estão relacionadas a quebras de safra. A alta neste item de sustentação básica representa uma ameaça ao consumo de proteínas e fibras na base da pirâmide alimentar. A extrema volatilidade da Batata (alta de 30,00% em Jun/25) e do Tomate (alta de 15,64% em Ago/25) significa que estes itens ricos em vitaminas são os primeiros a serem eliminados do carrinho em momentos de aperto orçamentário, comprometendo a diversidade da dieta e resultando em um padrão alimentar desequilibrado.

Tabela 4 – Evolução do Custo Mensal da Cesta Básica e Poder de Compra (Jan-Dez 2025)

2025	Salário Mínimo	Custo da Cesta	SM Comprometida (%)	Hr. de Trabalho
Janeiro	R\$ 1.518,00	R\$706,07	62,98%	120h06m
Fevereiro	R\$ 1.518,00	R\$723,33	51,66%	105h12m
Março	R\$ 1.518,00	R\$702,10	50,00%	102h15m
Abril	R\$ 1.518,00	R\$766,84	54,61%	111h13m
Mai	R\$ 1.518,00	R\$741,95	52,84%	107h52m
Junho	R\$ 1.518,00	R\$752,71	53,61%	109h09m
Julho	R\$ 1.518,00	R\$722,01	51,42%	105h03m
Agosto	R\$ 1.518,00	R\$746,23	53,14%	108h15m
Setembro	R\$ 1.518,00	R\$742,72	52,89%	108h04m
Outubro	R\$ 1.518,00	R\$761,45	54,22%	111h11m
Novembro	R\$ 1.518,00	não realizado	não realizado	não realizado
Dezembro	R\$ 1.518,00	não realizado	não realizado	não realizado

Fonte: Tabela Elaborada por Autores com base nos Relatórios ICB (2025).

A análise dos resultados quantifica o cenário de vulnerabilidade orçamentária do trabalhador de Campo Mourão que depende do Salário Mínimo (SM). O custo da Cesta Básica de Alimentos (CBA), em média, consumiu 53,73% da remuneração líquida do trabalhador entre Abril/2022 e Outubro/2025. Este percentual é alarmante, pois, em média, menos da metade do salário restou para cobrir todas as demais necessidades básicas definidas constitucionalmente (moradia, saúde, transporte, educação, etc.).

Apesar do aumento nominal do SM ao longo do período, o custo da cesta no final do estudo (Outubro/2025: R\$761,45) foi 11% mais caro do que no início (Abril/2022: R\$681,29), com o comprometimento salarial final de 50,16%. O pico de pressão orçamentária ocorreu em Junho/2024, quando a cesta atingiu R\$754,61, exigindo 62,66% do SM. Tais dados corroboram a literatura que discute a insuficiência crônica do Salário Mínimo, transformando o acesso ao básico em um desafio estrutural e comprovando o esforço do trabalhador mourãoense. A alta proporção gasta com a alimentação sugere uma vulnerabilidade orçamentária extrema e o comprometimento da capacidade de subsistência plena.

A alta volatilidade de preços dos itens essenciais é o fator que mais diretamente influencia as escolhas e o padrão alimentar das famílias de baixa renda. O encarecimento de produtos caros força a substituição alimentar em busca de saciedade com menor custo. Os resultados demonstram:

- Pressão sobre Proteínas: A Carne Bovina, um dos itens de maior peso financeiro e nutricional, registrou picos de alta de 15,24% (Fevereiro/2025) e 18,30% (Junho/2025). Este encarecimento acelera a migração de consumo para proteínas mais baratas ou de menor valor biológico. De forma semelhante, o Feijão Cariquinha, essencial na dieta, atingiu alta de 13,76% em Janeiro/2025, indicando que até mesmo as bases da alimentação estão sob intensa pressão de preço.
- Restrição de Hortifrúti: A volatilidade extrema da Batata (alta de 30,00% em Junho/2025) e do Tomate (alta de 15,64% em Agosto/2025) compromete a constância da diversidade alimentar. A necessidade de cortar ou substituir esses itens frescos, ricos em vitaminas, leva a uma dieta menos nutritiva.

O impacto nutricional reside, portanto, na restrição da variedade da dieta, priorizando o volume calórico sobre a qualidade, um efeito direto do comprometimento do orçamento.

O comportamento dos preços em Campo Mourão, apesar de seguir tendências nacionais de inflação (IPCA), apresenta nuances que confirmam a complexidade do contexto local.

- Fator Diferencial: O custo da cesta mourãoense é consistentemente menor que o das capitais do Sul, mas persistentemente superior ao de diversas capitais do Norte/Nordeste, indicando que a logística e a estrutura de preços do Paraná ancoram o custo em patamares mais elevados.
- Vulnerabilidade Agrícola: As oscilações nos preços dos itens básicos (Batata, Tomate, Feijão) são frequentemente atribuídas, nos relatórios, a choques de oferta provocados por fatores climáticos (estiagem, chuvas) e ao custo de insumos agrícolas. Isso sugere que, apesar de estar em

uma região agrícola, o município sofre com a dinâmica de preços que prioriza a exportação (commodities) e com a vulnerabilidade climática que afeta a produção destinada ao consumo interno.

- Renda Média: O alto percentual de comprometimento do salário mínimo contrasta com a ausência de dados públicos detalhados sobre a renda média per capita local (IBGE), mas reforça a urgência de intervenções, visto que uma parcela significativa da população já opera na margem mínima de subsistência.

Com base nos achados de persistente encarecimento da CBA e da vulnerabilidade orçamentária, propõem-se estratégias focadas na ação municipal:

- Estímulo à Agricultura Familiar e Abastecimento Local: Incentivar a produção local de itens da CBA (hortifrúti, legumes) para reduzir a dependência logística e a volatilidade de preços, criando um mercado local mais estável.
- Programas de Proteção da Renda e Apoio ao Padrão Alimentar: Implementar programas de apoio à renda ou distribuição de "Cesta Verde" complementar, visando aliviar a pressão orçamentária e mitigar a necessidade de substituição de alimentos de maior valor nutricional.
- Monitoramento Estratégico: Utilizar o ICB do Grupo Integrado de forma estratégica para identificar picos de alta e permitir que o poder público intervenha de forma ágil, antes que o comprometimento orçamentário se agrave.

A análise nutricional revela que a qualidade da alimentação foi comprometida, especialmente entre os grupos de menor renda. A redução no consumo de proteínas, frutas e vegetais frescos contribui para o aumento do risco de insegurança alimentar e de deficiências nutricionais. Esses efeitos são agravados pelo contexto local, marcado por renda média estagnada, aumento do custo de vida e flutuações na produção agrícola regional.

O cruzamento dos dados econômicos com os indicadores nutricionais reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à regulação de preços, incentivo à produção local e ampliação do acesso a alimentos saudáveis. A discussão aponta para a urgência de estratégias municipais que mitiguem os efeitos da inflação alimentar, promovam a segurança nutricional e fortaleçam a soberania alimentar da população mourãoense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo cumpriu seu objetivo principal ao quantificar a severidade do impacto socioeconômico da variação da Cesta Básica em Campo Mourão no período de 2022 a 2025. A análise revelou aumento expressivo nos preços dos itens essenciais, comprometendo uma parcela crescente do salário mínimo e afetando diretamente o acesso à alimentação adequada.

A conclusão central é que, apesar dos reajustes do Salário Mínimo, o custo da cesta manteve o comprometimento médio da renda do trabalhador em 56,57%, com picos acima de 62,00%, evidenciando uma insuficiência estrutural do SM para garantir o mínimo digno.

A alta volatilidade de preços em produtos como a Carne Bovina e os hortifrúti é o principal fator que compromete o padrão alimentar, resultando na inevitável substituição de itens essenciais e na restrição da qualidade da dieta para as famílias de baixa renda. Este trabalho oferece à gestão municipal um diagnóstico socioeconômico granular, quantificando o grau de vulnerabilidade e fornecendo as bases empíricas para a formulação de políticas públicas focadas na defesa do poder de compra e no apoio ao padrão alimentar da população mourãoense.

A investigação permitiu compreender as relações entre renda, custo de vida e qualidade nutricional, destacando a vulnerabilidade das famílias diante da inflação alimentar e a necessidade de políticas públicas voltadas à regulação de preços e incentivo à produção local. A articulação entre dados econômicos e nutricionais reforça a relevância do tema tanto no âmbito acadêmico quanto profissional.

Como limitação, destaca-se a utilização exclusiva de dados secundários, o que restringe a análise a informações já consolidadas e impede a coleta direta de percepções da população afetada. Para estudos posteriores, recomenda-se a realização de pesquisas de campo com abordagem qualitativa, que incluam entrevistas e grupos focais, além da ampliação da análise para outros municípios da região, permitindo comparações e aprofundamentos sobre o fenômeno da insegurança alimentar em contextos locais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPQ e ao Integrow/NEPE do Centro Universitário Integrado por fomentar o financiamento da Pesquisa Municipal de Preços ao Consumidor de Campo Mourão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei n. 399, de 30 de abril de 1938. Aprova o regulamento para execução da Lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1938. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del399.htm. Acesso em: 31 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira.pdf?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. (2010). Emenda Constitucional nº 64 (inclui alimentação no art. 6º da CF/88).

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento da safra brasileira: grãos. Brasília: CONAB, 2025. Disponível em: <https://www.conab.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2025.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Cesta básica nacional: metodologia e indicadores. São Paulo: DIEESE, 2025. Disponível em: <https://www.dieese.org.br>. Acesso em: 23 out. 2025.

GENUINO, Guilherme Nathan De Miranda; OLIVERA, Raul Angel Carlos. O Custo da Alimentação Básica em Cáceres - MT: Uma análise de inflação. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro - REMUNOM**, Timóteo, MG, v. 2, n. 1, p. 1-16, 30 jan. 2025. Disponível em: <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/3505>. Acesso em: 31 out. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MURIALDO, Melisa. Brasileiros gastam mais de 50% do salário mínimo para comprar cesta básica. **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, São Leopoldo, RS, 2 ago. 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/631041-brasileiros-gastam-mais-de-50-do-salario-minimo-para-comprar-cesta-basica>. Acesso em: 31 out. 2025.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROCHA, André Melo.; *et al.* Cesta básica de alimentos: uma análise econômica. **Revista de Extensão e Educação em Saúde Ciências Médicas**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1-13, 28 nov. 2023. Disponível em: <https://revista.fcmmg.br/index.php/REES/article/view/214>. Acesso em: 31 out. 2025.

SILVA, Livia Carolina Déber da.; *et al.* Index to measure the cost of the basic food basket in the cities of Lavras and Nepomuceno. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, SP, v. 14, n. 6, p. 1-14, 7 jun. 2025. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/48820>. Acesso em: 31 out. 2025.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2013.